

**QUADRO I – BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Mil Reais)****ATIVO**

	2013	2012
CIRCULANTE		
Numerário Disponível (3/a)	2.936	2.081
Aplicações no Mercado Aberto (3/a)	129.325	1.621
Consumidores (3/b – 4)	179.101	156.492
Prov. p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (3/c/k-4)	(112.435)	(91.924)
Devedores Diversos (5)	24.171	28.443
Outros Créditos (6)	179.578	110.920
Estoques (3/d)	1.152	1.315
Serviço em Curso	2.688	2.688
Desp. Pagas Antecipadamente	20	632
	406.536	212.268
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores (3/b-4)	921	921
Depósitos Vinculados Litígio (6 A)	45.412	51.267
Investimentos (3/e)	372	372
Imobilizado (3/f-7)	218.105	209.617
Intangível (3/f)	1.808	1.787
	266.618	263.964
TOTAL DO ATIVO	673.154	476.232

**QUADRO II – BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Mil Reais)****PASSIVO**

	2013	2012
CIRCULANTE		
Fornecedores (9)	595.654	831.659
Adiantamentos a Consumidores (10)	1.177	1.525
Demais Contas a Pagar (10 A)	12.314	5.687
Tributos e Contribuições Sociais (11)	242.457	190.266
Provisões sobre Folha de Pagamento (3/g-13)	6.014	6.774
Prov. Para Descomissionamento	18	18
Outros Credores (12)	823	555
Outras Obrigações (14)	4.447	4.407
Obrigações Intra-Setoriais (14)	8.598	61.189
	871.502	1.102.080
NÃO CIRCULANTE		
Prov. para Contingências Fiscais (3/i-15-16)	200.235	142.800
Provisões para Contingências Judiciais (3/i/k-17)	10.884	573.325
Obrigações Vinculadas (3/j)	2.575	2.575
	213.694	718.700
PATRIÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (18)	780.124	117.865
Prejuízos Acumulados	(1.192.166)	(1.462.413)
	(412.042)	(1.344.548)
TOTAL DO PASSIVO	673.154	476.232

**QUADRO III – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Mil Reais)

RECEITA OPERACIONAL	2013	2012
Fornecimento de Energia Elétrica	227.630	197.982
Outras Receitas	80.997	8.356
	308.627	206.338
Deduções da Receita Operacional		
Encargos do Consumidor	(1.972)	(12.971)
ICMS	(24.904)	(22.645)
PIS/PASEP	(101)	(276)
COFINS	(467)	(1.273)
Quota Reserva Global de Reversão		
	(27.444)	(37.165)
Receita Operacional Líquida (21)	281.183	169.173
CUSTO SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(115.740)	(133.036)
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(65.699)	(70.125)
Material	(15.107)	(16.302)
Serviço de Terceiros	(32.323)	(32.765)
Combustível p/ Prod. de Energia Elétrica	(269.277)	(222.336)
Recuperação de Despesa – CCC	141.234	205.848
Depreciação e Amortização	(9.777)	(11.342)
Arrendamentos e Aluguéis	(34.526)	(41.435)
Outras	(53.638)	(18.952)
	(339.113)	(207.409)
Resultado do Serviço	(173.670)	(171.272)
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendas de Aplicações Financeiras	439	231
Encargos da Dívida	(128.915)	(101.788)
	(128.476)	(101.557)
Resultado Operacional	(302.146)	(272.829)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.909	51.767
DESPESA NÃO OPERACIONAL	(81)	(87)
Resultado Não Operacional	1.828	51.680
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(300.318)	(221.149)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÕES (3/h)	(0,30)	(0,22)



QUANDRO IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Mil Reais)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(300.318)	(221.149)
RETIFICAÇÃO DE ERRO (Remissão)	569.065	257.117
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	268.747	35.968

**QUADRO V – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em Mil Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2013	2012
Prejuízo Líquido do Exercício	(300.318)	(221.149)
Ajustes de Exercícios Anteriores (19)	569.064	257.117
Débito (Créditos) ao Resultado que não afetam o Capital Circulante		
Depreciação e Amortização	(9.777)	(11.342)
	258.969	(24.626)
Variações em Ativos e Passivos Circulantes		
Consumidores	(22.609)	(9.264)
Provisão p/ Devedores Duvidosos	20.511	7.836
Devedores Diversos	4.272	(13.397)
Outros Créditos	(68.658)	(99.994)
Estoques	164	(78)
Serviço em Curso		
Despesas Pagas Antecipadamente	612	(460)
Fornecedores	(236.005)	217.788
Demais Contas a Pagar	6.627	1.999
Tributos e Contribuições Sociais	52.191	15.159
Conta Combustível CCC	(80)	(25.758)
Prov. Sobre Folha de Pagamento	(759)	3.602
Cauções em Garantia	40	210
Provisões para Contingências Fiscais	(562.441)	54.094
Obrigações Intra-setorial	(52.590)	11.993
Outras Obrigações		
Variações em Ativos e Passivos Não Circulantes		
Depósitos Vinculados a Litígios	5.855	(13.705)
Consumidores		98.241
Prov. Contingências Judiciais	57.434	(282.791)
	(536.467)	(9.899)
Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos:		
Imobilizado	1.268	(3.347)
	1.268	(3.347)
Fluxo de Caixa das Atividades Financiamentos:		
Adiantamento para Aumento de Capital	650.065	9.194
Remuneração do Capital Próprio	1.500	693
Capital Subscrito	19.444	14.694
Capital a Integralizar	(7.250)	(11.694)
	663.759	12.887
Diminuição do Caixa e Equivalentes a Caixa no Período	128.560	(359)
Caixa Equivalente ao Caixa no Início do Período	3.701	4.060
Caixa Equivalente ao Caixa no Final do Período	132.261	3.701

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

**QUADRO VI – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em Mil Reais)

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2013	2012
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	308.627	206.338
Recuperação da Despesa - CCC	141.234	205.848
Reversão de Provisões		
Receitas não Operacionais	1.909	51.768
	<u>451.770</u>	<u>463.954</u>
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros: (Incluídos os valores dos Impostos - ICMS, PIS, COFINS)		
Custo de Energia Comprada	(115.740)	(133.036)
Serviço de Terceiros	(32.075)	(32.766)
Materiais	(15.107)	(16.302)
Combustível para Prod. De Energia	(269.277)	(222.336)
Outros Custos Operacionais	(88.164)	(60.387)
Despesas Não Operacionais	(81)	(87)
	<u>(520.444)</u>	<u>(464.914)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(68.674)</u>	<u>(960)</u>
Quotas de Reintegração	(9.777)	(11.342)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	<u>(78.451)</u>	<u>(12.302)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	439	231
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>(78.012)</u>	<u>(12.071)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho e Benefícios	53.225	56.645
Governos: Impostos, Taxas e Contribuições		
Contribuições Sociais - INSS FGTS	12.474	13.480
Encargos do Consumidor	2.220	12.971
ICMS	24.904	22.645
PIS/PASEP	101	276
COFINS	467	1.273
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		
Encargos da Dívida	128.915	101.788
	<u>169.081</u>	<u>152.433</u>
	<u>222.306</u>	<u>209.078</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(300.318)</u>	<u>(221.149)</u>
TOTAL	<u>(78.012)</u>	<u>(12.071)</u>

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



QUADRO VII – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUÍDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Mil Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Recursos destinados a aumento Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.671				(1.499.076)	3.000	(1.393.405)
Ajuste de Exercícios Anteriores					257.118		257.118
Remuneração das imobilizações em curso		694					694
Aumento de capital social	3.000					(3.000)	-
Incentivos fiscais							-
Realização de reservas		(694)			694		-
Proventos excedentes da contabilidade societária							-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					(221.149)		(221.149)
Destinação proposta à A.G.O.:						12.194	12.194
Reserva legal							-
Juros sobre o capital próprio							-
Dividendos							-
Reserva para investimentos							-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.671	-			(1.462.413)	12.194	(1.344.548)

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



Ajuste de Exercícios Anteriores					569.065		569.065
Remuneração das imobilizações em curso		1.500					1.500
Aumento de capital social	12.194					(12.194)	-
Incentivos fiscais							-
Realização de reservas		(1.500)			1.500		-
Proventos excedentes da contabilidade societária							-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					(300.318)		(300,318)
Destinação proposta à A.G.O.:						662.259	662.259
Reserva legal							-
Juros sobre o capital próprio							-
Dividendos							-
Reserva para investimentos							-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	117.865	-			(1.192.166)	662.259	(412.042)

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(EM REAIS)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Da Constituição e Objetivos

A **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA**, sociedade por ações de economia mista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Governo do Estado do AMAPÁ, que detém 99,81% do capital votante. Seus principais objetivos são a pesquisa, produção e distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá, podendo nos termos da legislação em vigor desenvolver, ainda, os seguintes serviços: Estudos e pesquisas visando a exploração de fontes energéticas alternativas; e projetos, construção e operação de sistemas de produção e de distribuição de energia elétrica ou alternativa. Atualmente a companhia compra energia da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e Aggreko Energia, para a cidade de Macapá e mais 13 Municípios e terceiriza a produção de energia através da Soenergy – Sistemas Internacionais de Energia Ltda., para 05 Municípios, e atende comercialmente aproximadamente **182.090** consumidores;

Das Concessões

A concessionária detém, junto a ANEEL/MME, as seguintes concessões/autorizações de geração e de Distribuição em operação:

Usinas Termelétricas	Capacidade (MW)		Data	
	Instalada	Utilizada	Despacho	Vencimento
Oiapoque	10.542	7.000	2506-2006 SCG/ANEEL	Vencida
Lourenço	1.689	1.140	048-2003 SCG/ANEEL	Vencida
Laranjal do Jarí	22.805	15.050	2505-2006 SCG/ANEEL	Vencida
Santana I	29.000	26.680	Port. 659/10 MME	10/2013
Santana II	28.000	25.760	Port. 391/11 MME	01/2014

Das operações:

A Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos anos, o que vem acarretando atrasos nos pagamentos de suprimento de energia elétrica, encargos sociais e impostos até o final do ano 2013, em decorrência destes fatos, vem apresentando ainda insuficiência de capital de giro, que está dificultando a manter e operar o Sistema Energético. Como consequência dessa

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



asfixia financeira, o Governo do Estado necessita injetar mais recursos sob aporte de capital, para suprir os custos absorvidos pela companhia em Municípios deficitários onde prevalece a Energia fornecida de cunho social. Em 2013 o Governo injetou Recursos na ordem de R\$ 661,7 milhões sob Aporte de Capital em 2013, para ampliação e recuperação da rede de distribuição e construção de sub-estações para interligação do Amapá ao SIN.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de Dezembro de 2007 foi promulgada a lei 11.638, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2008. Essa lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), promovendo mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 3 – PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS SOCIETÁRIA

a) Disponibilidades

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação e estão registrados pelo valor original acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

b) Consumidores

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PDD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação seja considerada improvável.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na Instrução Contábil 6.3.2., do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, refletindo, portanto, a posição tomada pela administração é bastante prudente se analisada e comparada com as médias das perdas ocorridas nos últimos anos.

d) Estoques

Tanto os materiais de manutenção em estoque no almoxarifado, registrados no Ativo Circulante, quanto àqueles destinados à construção, classificados no Imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição.

e) Investimentos

As participações societárias permanentes estão registradas ao custo corrigido até 31 de dezembro de 2013.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 2013, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30/11/1994, às taxas constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL n.º 02, de 24/12/1997, 44, de 17/03/1999 e Resolução Normativa n.º 367/2009 de 02/06/2009.

• **Principais taxas:**

<u>Tipos de Unidades de Cadastro</u>	<u>Taxa anual de depreciação (%)</u>
Banco de capacitores paralelo tensão > 69 Kv	5,0
Banco de capacitores paralelo tensão < 69 Kv	6,7
Chave com tensão > 69 Kv	3,3
Chave com tensão < 69 Kv	6,7
Condutor com tensão > 69 Kv	2,5
Condutor com tensão < 69 Kv	5,0
Disjuntor	3,0
Edificações	4,0
Estrutura (poste, torre) tensão > 69 Kv	2,5
Estrutura (poste, torre) tensão < 69 Kv	5,0
Equipamento Geral (Móveis e utensílios)	10,0
Regulador de tensão - tensão > 69 Kv	3,5
Regulador de tensão - tensão < 69 Kv	4,8
Transformador de distribuição	5,0
Transformador de força	2,5
Veículos	20,0

• **Intangível**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A vida útil econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

g) Provisão para Férias, 1/3 de Férias e 13º Salário

Os valores relativos a férias, 1/3 de férias e 13º salário devidos aos funcionários foram provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo, acrescido dos encargos sociais incidentes sobre as mesmas.

h) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços e apuração de Resultado.



As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

i) Provisão para Contingências

As provisões para contingências são baseadas nos resultados prováveis previstos no Parecer dos Consultores Jurídicos dos processos pendentes na data do balanço.

j) Obrigações vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam fundamentalmente, valores da União, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções e contribuições recebidas de consumidores destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo (vencido) dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2.002, o saldo dessa conta está sendo classificado como ativo imobilizado;

k) Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEA, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes são: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisões para Contingências.

**NOTA 4 – CONSUMIDORES**

O saldo do Contas á Receber está assim composto:

CONTAS	2013 (R\$)			2012 (R\$)	
	SALDOS VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS A MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
Circulante					
Residencial	1.893.244	16.643.775	30.324.321	48.861.340	40.643.879
Industrial	38.321	852.949	3.693.742	4.585.012	4.425.484
Comércio, Serviços e Outras Atividades	664.690	6.012.487	13.055.543	19.732.720	17.710.455
Rural	10.928	95.331	654.687	760.946	693.650
Poder Público	539.835	5.782.097	51.151.980	57.473.912	48.867.192
Iluminação Pública		1.777.275	18.456.579	20.233.854	22.012.279
Serviço Público	124.106	1.358.008	5.116.942	6.599.056	2.841.665
Serviço Taxado	21.760	46.239	1.050.923	1.118.922	1.073.926
Outros			121.832.021	121.832.021	120.017.298
Fornecimento não Faturado	10.926.631			10.926.631	9.493.483
Sub - Total	14.219.515	32.568.161	245.336.738	292.124.414	267.779.311
Não Circulante					
Fornecimento		-		-	-
Serviços Taxados	-	-		-	-
Outros Créditos	-	-	920.819	920.819	-
Sub - Total	-	-	920.819	920.819	-
TOTAL	14.219.515	32.568.161	246.257.557	293.045.233	267.779.311

A Companhia considerou os saldos de o Contas á Receber de acionistas controladores, coligados e ligados, que estavam vencidos há mais de 360 dias e que, após a análise mencionada na Instrução Geral 6.3.2, julgou pela não constituição de provisão. Estão sendo tomadas as devidas providencias para efetuar um levantamento geral de todos os valores pendentes de recebimentos e negociar estes valores com as dívidas existentes com os Impostos não recolhidos.

Provisão para Perdas

CLASSES DE CONSUMIDORES	PROVISÃO PARA PERDAS IRRECUPERÁVEIS 2012
Residencial	42.944.954
Industrial	3.601.151
Comercial	12.120.596
Rural	544.234
Poder Publico	33.820.126
Iluminação Pública	16.869.029
Serviço Público	2.535.350
TOTAL	112.435.440

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

**NOTA 5 – DEVEDORES DIVERSOS**

- (i) Imposto compensados diretamente por Órgão Federais sobre Contas de Energia;
- (ii) Valores Lançados para análise da diferença entre o valor arrecadado/processado mês;
- (iii) Valores Lançados para análise documental de pendência a serem regularizadas;
- (iv) Contrato com a Prefeitura na arrecadação de CIP.
- (v) Recuperação fiscal do ICMS sobre ativos imobilizados,
- (vi) Programa de Governo Estadual LVM para inclusão social a receber.

Os saldos compreendem:

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Tributos Compensáveis Federais e Estaduais	18.167.637	18.232.848
Arrecadação (ii)	109.825	3.442.233
Fornecedores - Materiais e Serviços (iii)	218.667	144.522
Multa Contratual Aggreko	919.867	-
Faustino Basílio da Silva	700	
Maria Inez Gomes de Oliveira		1.200
Banco do Brasil S/A - Conta Movimento		31.168
Pendencias Banco Real		508.000
Pendencias do Mes Anterior	718.175	351.126
Contrato de Venda de Serviços (iv)	424.040	366.798
003.041-7 - Caixa		889.385
Controle de ICMS 1/48 (v)	859.470	1.630.822
Outros Devedores		
Luz para Viver Melho - LVM (vi)	2.680.554	2.728.432
Deposito em Caução	72.132	72.132
Pagamento Judicial - Protect		44.779
TOTAL	24.171.067	28.443.446

**NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS**

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Títulos e Créditos a Receber		
Macapá	106.495.362	105.478.263
Santana	1.633.459	1.547.389
Laranjal do Jarí	1.213.498	744.290
Vitoria do Jarí	276.705	247.575
Oiapoque	966.752	791.174
Amapá	39.539	36.481
Serra do Navio	177.345	166.690
Porto Grande	665.613	541.529
Mazagão	392.548	362.910
Calçoene	317.119	289.110
Ferreira Gomes	190.189	162.753
Tartarugalzinho	135.112	110.300
Pedra Branca do Amapari	243.394	188.798
Itaubal do Piriim	75.911	55.550
Cútias	160.097	170.997
Pracuuba	40.525	26.307
Outros		
Crédito CDE	66.555.049	
TOTAL	179.578.217	110.920.116

Faturas Renegociadas/Parceladas com consumidores, distribuídas por município, onde a empresa tenta recuperar débitos de consumidores;

Crédito CDE junto a Eletrobrás conforme RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.456, DE 24 DE JANEIRO DE 2013. e nos processos 48500.006625/2012-12 e 48500.005665/2012-47.

NOTA 6 A – DEPOSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

DESCRIÇÃO	2013	2012
Soenergy S.A - Bloqueio Judicial	106.615	0,00
Banco Santander S/A - 130007128	14.844	14.844
Banco o Brasil	28.176.370	33.743.166
Unibanco - Deposito Vinculado a Litígios	181.930	181.930
Eletronorte - Proc. 11131/08	4.645.204	7.537.067
Unibanco 116.741-7	47.891	47.891
Banco do Brasil - Recursos do BNDES	162.064	145.887
Banco Real - Aplicação	222.564	222.564
Basa	544.797	544.797
Bradesco	70.766	70.766
Aplicação Mercado Aberto	1.227	1.227
Banespa Aplicação	179	179

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Banespa	57.425	57.425
Banco Real	84.701	84.702
Bradesco conta 14.852-0	3.101.790	1.527.799
Caixa Econômica Federal - CEF	6.015.747	5.828.666
Bradesco Aplicação	1.286.540	895.442
Banco Itaú c/c - 12.247-8	691.365	362.703
TOTAL	45.412.019	51.267.055

NOTA 7 – IMOBILIZADO

A composição em função das atividades operacionais é a seguinte:

CONTAS	TAXAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
	MÉDIAS		
Em Serviço			
Produção	3,89	14.202.138	14.157.432
Distribuição	4,88	270.760.291	254.881.222
Administração Geral	8,79	17.543.398	16.895.261
Total		302.505.827	285.933.915
Depreciação Acumulada			
Produção	3,89	(7.028.094)	(6.494.879)
Distribuição	4,88	(124.632.018)	(116.033.037)
Administração Geral	8,79	(12.364.471)	(11.719.513)
Sub total		(144.024.583)	(134.247.429)
Em Curso			
Produção		704.336	637.861
Distribuição		58.175.878	57.022.129
Administração Central		2.550.979	2.057.110
Sub total		61.431.193	59.717.100
TOTAL		219.912.437	211.403.586

As taxas médias de Depreciação estão compostas por variáveis tipos de matérias e equipamentos imobilizados, ao qual então contidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

As composições das Obrigações Vinculadas à Concessão estão assim compostas:

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Participação da União	2.215.107	2.215.107
Contribuição do Consumidor	360.122	360.122
TOTAL	2.575.229	2.575.229

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



As contribuições vinculadas ao serviço concedido referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, em áreas não servidas por redes de distribuição.

NOTA 8 - DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

NOTA 9 – FORNECEDORES

Os saldos compreendem:

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Suprimento de Energia Elétrica	404.841.766	728.485.414
Materiais e Serviços	99.679.707	27.679.523
Petrobrás	91.132.667	75.494.243
TOTAL	595.654.140	831.659.180

NOTA 10 – ADIANTAMENTOS A CONSUMIDORES

Valores pagos em duplicidade/maior por consumidores nas contas de Energia Elétrica. Em 2012/2013.

CONTA	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Adiantamento a Consumidores	1.176.733	1.525.027

NOTA 10 A – FOLHA DE PAGAMENTO

CONTA	2013 R\$	2012 R\$
Consignações Folha	1.085.045	344.968
INSS Empregados	5.310.305	2.579.322
IRRF Empregados	5.918.336	2.762.704

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Total	12.313.686	5.686.994
--------------	-------------------	------------------

NOTA 11 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES SOCIAIS - CP		
Impostos-IRRF-Pessoa Fisica	25.647	25.614
Impostos-IRPJ-Pessoa Juridica	354.131	256.854
Impostos - ICMS	139.873.518	98.299.891
Impostos-ISS Recolher PMM	244.853	242.551
Contrib.Sociais-INSS/Empresa	39.956.153	31.240.713
Contrib.Sociais-FGTS/Empresa	2.630.751	1.098.071
Contrib.Sociais-PIS/PASEP	10.848.031	10.834.159
Contrib.Sociais-COFINS	46.794.359	46.730.453
Contrib.Sociais-INSS/Emp.Pa	904.320	779.433
C S L L - Empresas Particulares	196.888	182.416
PIS - Empresas Particulares	111.955	102.548
Cofins - Empresa Particulares	510.671	467.254
Contrib.Sociais - INSS / Autônômos	6.107	6.107
TOTAL	242.457.384	190.266.064

Tributos e Contribuições Sociais pendentes de recolhimento durante os exercícios de 2010 a 2013.

NOTA 12 – OUTROS CREDORES

Os Saldos contábeis desta conta em 2013, foram classificados na conta Outros Credores **R\$ 882.990**.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Estão classificadas neste Grupo de contas as Obrigações Estimadas calculadas sobre Provisões de Férias, 1/3 de Férias, 13º Salário, INSS e FGTS, totalizando **R\$ 6.014.314**.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

CONTAS	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Contribuição de Iluminação Pública CIP	4.370.107	4.362.535
Encargos do Consumidor RGR/CCC		42.638.097
Compensação Financeira (Equivalente Hidráulico)		8.123.979
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética	8.598.052	10.427.341
Outros	76.646	44.680
TOTAL	13.044.805	65.596.632

Os saldos dessas contas compreendem Obrigações a pagar municipais e federais, como: Prefeituras (CIP); Federais/Intra-Setoriais (RGR, Quota parte CCC. Equivalente Hidráulico, Programas Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética)

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES INTRA-SETORIAIS

O saldo apresentado nessa conta refere-se a Autos de Infrações da ANEEL penalizando a Companhia por descumprir determinações do órgão Regulado totalizando **R\$ 20.255.170** e Pensão ao Sr. Jhon Cley Oliveira dos Santos no valor de **R\$ 83.264**.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA CONSTIGÊNCIAS FISCAIS

PROVISÕES PASSIVAS - LP	2013 (R\$)	2012 (R\$)
IRPJ - Proc- 10235-001148/2007-46	38.366.469	33.208.106
IRPJ - Proc. 10235-500331/2008-19	233.240	203.984
IRPJ - Proc - 10235-500053/2009-72	361.880	289.412
IPI - Proc - 10235-000998/2002-12	20.233	18.766
TD - Proc - 28730-00000220/90-00	1.411.034	1.370.518
CLT - Proc - 46203 - 000344/2002-11	11.565	2.188
Multa - Proc - 10235-200445/2006-91	391.007	343.951
Cofins - Proc- 10235-000873/1999-35		109.837
Cofins - Proc - 10235-200208/2002-05		3.069.982
Cofins - Proc - 10235-500614/2006-91	16.133.320	14.435.270
Cofins - Proc - 10235-450071/2001-49	18.100.544	4.341.003
Cofins - Proc - 10235-450928/2004-73	22.723.106	19.127.873
Cofins - Proc - 10235-000634/2007-47	6.777.681	5.942.930
Cofins - Proc - 10235-001148/2007-46		12.090.983
Cofins - Proc - 10235-500332/2008-55		15.921.916
Cofins - Proc - 10235-500054/2009-17	6.403.112	910.199

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Cofins - Proc - 10235-000216/1999-24	1.451.473	4.215.065
Pis - Proc. 10235-200207/2002-52		1.154.093
Pis-Proc - 10235-500615/2006-35	5.203.172	3.619.911
Pis - Proc - 10235-450071/2001-49	2.116.563	1.234.267
Pis - Proc - 10235-450928/2004-73	226.160	4.382.711
Pis - Proc - 10235-000635/2007-91	2.841.714	1.858.940
Pis - Proc - 10235-500333/2008-08	4.089.661	2.494.074
Pis - Proc - 10235-500052/2009-28	2.216.277	197.610
Pis - Proc - 10235-000392/1998-76		387.843
Pis - Proc - 10235-000218-1999-50		1.877.641
Processo – 46.203-000671/2008-51		15.915
Proc - 1023-5500624-2011-93	36.800	
Proc - 1023-5721682-2012-30	688.539	
Proc - 1023-5000873-99-35	118.251	
Proc - 1023-5200445-2006-91	13.851.248	
Proc - 1023-5001148-2007-46	5.108.232	
Proc - 1023-500332-2008-55	327.501	
Proc - 10808-722963-2007-81	19.659.336	
Proc - 18208-722963-2007-81	4.545.892	
Proc - 1023-5500615-2006-35	4.041.825	
Proc - 10808-722962-2007-37	416.145	
Proc - 1023-5500623-2011-49	2.024.298	
TOTAL	179.896.278	132.824.988

NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O saldo das provisões demonstradas neste exercício é de **R\$: 10.883.887**, (Em 2012 de **R\$: 573.324.794**), compreendem uma estimativa da administração das perdas prováveis, relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, os quais não se podem prever o deslinde das questões.

Contingências	R\$	
	2013	2012
Trabalhistas	8.509.318	7.718.400
Fiscais	1.645.767	1.645.767
Cíveis Eletronorte		563.227.059
Outros	728.802	733.568
TOTAL	10.883.887	573.324.794

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos a revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



NOTA 18 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está assim distribuído:

De conformidade com o Estatuto Social, os Acionistas têm o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do Lucro Líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ACIONISTAS	CAPITAL EM 31/12/2012	CAPITAL EM 31/12/2013	%	RESERVA DE RES/CAPITAL	RECURSOS DO APORTE/GEA	CAPITAL A SER A SER/APROV	% PARTICIP
1 - ESTADO DO AMAPÁ	116.350.447,14	778.131.152,03	99,81%	0,00	661.780.704,89	778.131.152,03	99,81%
2 - P. M. MACAPÁ	1.028.008,98	1.028.008,98	0,13%	0,00	0,00	1.028.008,98	0,13%
3 - P. M. MAZAGÃO	191.897,09	191.897,09	0,02%	0,00	0,00	191.897,09	0,02%
4 - P. M. OIAPOQUE	83.686,35	83.686,35	0,01%	0,00	0,00	83.686,35	0,01%
5 - P. M. AMAPÁ	130.749,58	130.749,58	0,02%	0,00	0,00	130.749,58	0,02%
6 - P. M. CALÇOENE	54.793,39	54.793,39	0,01%	0,00	0,00	54.793,39	0,01%
7 - ELETROBRÁS	25.790,11	25.790,11	0,00%	0,00	0,00	25.790,11	0,00%
T O T A L	117.865.372,64	779.646.077,53	100,00%		661.780.704,89	779.646.077,53	100,00%
1 - ESTADO DO AMAPÁ	116.350.447	778.131.152	99,81%	0	661.780.705	778.131.152	99,81%
2 - P. M. MACAPÁ	1.028.009	1.028.009	0,13%	0	0	1.028.009	0,13%
3 - P. M. MAZAGÃO	191.897	191.897	0,02%	0	0	191.897	0,02%
4 - P. M. OIAPOQUE	83.686	83.686	0,01%	0	0	83.686	0,01%
5 - P. M. AMAPÁ	130.750	130.750	0,02%	0	0	130.750	0,02%
6 - P. M. CALÇOENE	54.793	54.793	0,01%	0	0	54.793	0,01%
7 - ELETROBRÁS	25.790	25.790	0,00%	0	0	25.790	0,00%
Nº. TOTAL DE AÇÕES	117.865.373	779.646.078	100,00%	0	661.780.705	779.646.078	100,00%
VALOR POR AÇÕES	1,00000000	1,00000000			1,00000000	1,00000000	

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



NOTA 19 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo dos ajustes de exercícios anteriores estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Ajuste de Contingências ICMS		235.299.888
Ajuste de Fornecedores	1.613.318	1.116.915
Ajuste Petrobras (CCC)		988.870
Ajuste de Ações Judiciais	4.224.074	358.531
Ajuste CVA Energia 2011/2012		19.353.716
Ajuste Eletronorte (acordo)	563.227.059	
TOTAL	569.064.451	257.117.920

Os ajustes aqui descritos estão composto da seguinte maneira: Eletronorte Acordo entre as partes realizado em 2012/2013; de Contingências de ICMS, trata da Remissão de Juros e Multas inscritas no CAD/ICMS-AP remidos pelo Decreto Governamental de nº 1679 de 10.05.2012; Ajuste de Ações Judiciais contingenciadas em exercícios anteriores e revertidas em favor da empresa 2012/2013; Ajuste de CVA Energia amparada pela Resolução Homologatória nº 1.382, de 27.11.2012 e quanto aos fornecedores Notas Fiscais contabilizadas em duplicidades ou revertidas através de ajustes de conduta entre as parte relacionadas em 2012/2013.

NOTA 20 – JUROS DE OBRAS EM ANDAMENTO

Juros calculados sobre a parcela do capital próprio aplicado em obras em andamento (imobilizações em curso) e apropriados ao custo das referidas obras (imobilizações) enquanto não concluídas.

Composição saldos:

CONTA	2013 (R\$)	2012 (R\$)
Juros de Obras em Andamento JOA	1.499.804	693.465

NOTA 21 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O fornecimento de energia elétrica no exercício está demonstrado por classe de consumo, conforme discriminado a seguir:



CLASSE	2013			2012		
	Nº de Consumidores	MWh	R\$	Nº de Consumidores	MWh	R\$
Fornecimento Faturado						
· Residencial	161.344	510.639	106.958.452	153.757	458.831	90.003.880
· Industrial	455	38.081	9.202.669	472	36.633	7.799.321
· Comercial	16.771	239.565	57.944.522	15.814	217.700	44.909.778
· Rural	1.359	3.331	311.789	1.291	3.579	463.390
· Poder Público	1.859	107.792	27.231.727	1.841	101.776	24.476.967
· Iluminação Pública	95	40.995	6.515.096	94	41.110	4.848.146
· Serviço Público	171	22.395	4.379.340	165	23.626	3.462.655
· Consumo Próprio	36	2.348	657.511	33	2.275	471.931
· Outros			95.425.923			29.902.171
Sub-total	182.090	965.146	308.627.029	173.467	885.530	206.338.239
Deduções da Receita			(27.443.719)			(37.165.218)
TOTAL	182.090	965.146	281.183.310	173.467	885.530	169.173.021

A empresa vem operando no limite de capacidade de consumo de energia, demandada pela supridora Eletronorte-AP, ao qual forneceu em 2013, 1.244.463 MWh; Aggreko Energia 327.825 MWh e Soenergy Ltda 106.310 dos quais foram faturados somente 965.146, totalizando perdas de 42,52% no exercício.

Projetos de expansão de Transmissão de energia elétrica para o Amapá, já foram aprovados pela agência reguladora ANEEL, fica a expectativa de folga no suprimento de energia nos anos seguintes.

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DE GESTORES, EMPREGADOS E COMISSIONADOS

A maior e menor remuneração pagas em 2013 a Gestores R\$:24.992,18 e R\$:24.613,21; Empregados R\$:27.770,62 e R\$:1.650,58; Comissionados R\$:3.596,00 e R\$:768,00.

NOTA 23 – NOTAS EXPLICATIVAS E DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS

Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia e autorizados pela Portaria 240 de 06 Julho de 1999 do Ministério de Minas e Energia.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 01 a 27, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Ativos e passivos regulatórios: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, registrado em 31 de Dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.



Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

**QUADRO VII - DE ATIVOS IMOBILIZADOS - AIS**

NOMENCLATURA	VALOR BRUTO EM 31.12.2012	ADIÇÕES A	BAIXAS B	TRANSFERÊNCIA C	REAVALIAÇÃO	JOA	VALOR BRUTO EM 31.12.2013	ADIÇÕES LÍQUIDAS A-B+C	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.2013
ATIVO IMOB EM SERVIÇO PRODUÇÃO	14.157.432			44.706			14.202.138	44.706	(7.028.094)	7.174.044
RESERV. BARRAGENS										
EDIF.OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	4.923.900			882			4.924.782	882	(1.738.365)	3.186.417
MAQ. E EQUIPAMENTOS	9.233.532			43.824			9.277.357	43.824	(5.289.729)	3.987.628
VEÍCULOS										
MÓVEIS E UTENSÍLIOS										
ATIVO IMOB EM SERVIÇO DISTRIBUIÇÃO	254.881.222			15.879.069			270.760.290	15.879.069	(124.632.018)	146.124.359
TERRENOS	3.914						3.914			3.914
EDIF.OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	6.086.506						6.086.506		(4.376.106)	1.710.400
MAQ. E EQUIPAMENTOS	248.790.802			15.879.069			264.669.871	15.879.069	(120.255.912)	144.413.959
VEÍCULOS										
ATIVO IMOB EM SERVIÇO ADMINISTRAÇÃO	16.676.087			648.137			17.324.224	648.137	(12.364.472)	4.941.242
TERRENOS	18.511						18.511			18.511
EDIF.OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	3.804.653						3.804.653		(3.737.336)	67.317
VEÍCULOS	1.890.778						1.890.778		(1.854.118)	36.660
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.962.146			648.137					(6.773.017)	

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



							11.610.283	648.137		4.837.266
SUB TOTAL	285.714.741			16.571.912			302.286.653	16.571.912	(144.024.583)	158.239.645

QUADRO IX - ATIVOS IMOBILIZADOS EM CURSO - AIC

ATIVO IMOB EM CURSO PRODUÇÃO	637.861	94.610	(43.910)	(44.706)		60.482	704.336	(796)		
IMOB.CURSO TERRENOS										
IMOB.CURSO RES. BARRAG.										
IMOB.CURSO EDIF. CIVIS	537.048	2.807	(1.975)	(882)		57.460	594.457	(51)		
IMOB.CURSO MAQ. EQUIP	8.112	41.103	1.975	(43.824)		746	8.112	(746)		
IMOB.CURSO VEÍCULOS										
IMOB.CURSO M. UTENSÍLIOS										
IMOB.CURSO EST. E PROJETOS										
IMOB.CURSO MAT.DEPOSITADO	92.702	50.700	(43.910)			2.276	101.767			
IMOB.CURSO COM.ANDAMENTO										
ATIVO IMOB EM CURSO DISTRIBUIÇÃO	57.022.129	25.311.580	(9.580.504)	(15.879.069)		1.301.742	58.175.878	(147.993)		
IMOB.CURSO EDIF. CIVIS	1.256.209					40.605	1.296.815			
IMOB.CURSO MAQ. EQUIP	47.889.453	17.308.346		(15.879.069)		878.611	50.197.341	1.429.277		
IMOB.CURSO C.VEÍCULOS	-						-			
IMOB.CURSO M. UTENSÍLIOS							-			
IMOB.CURSO MAT.DEPOSITADO	7.876.467	8.003.234	(9.580.504)			382.526	6.681.722	(1.577.270)		
IMOB.CURSO COMPRAS AND.	-									-
IMOB.EM CURSO ADMINISTRAÇÃO	469.489	2.603.781		(2.157.300)		47.388	963.358	446.481		

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



IMOB.CURSO TERRENOS										
IMOB.CURSO EDIF. CIVIS	5.298						5.298			
IMOB.CURSO MAQ. EQUIP										
IMOB.CURSO VEÍCULOS										
IMOB.CURSO M. UTENSÍLIOS	-	1.505.163	(648.137)			30.478	887.504	857.026		
IMOB.CURSO MAT.DEPOSITADO	464.191	1.098.618	(1.509.163)			16.910	70.556	(410.545)		
IMOB.CURSO COM.ANDAMENTO										
SUB TOTAL	58.129.479	28.009.971	(9.624.414)	(18.081.075)	-	1.409.611	59.843.572	297.691		
										-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	343.844.220	28.009.971	(9.624.414)	(1.509.163)	-	1.409.611	362.130.225	16.869.603	(144.024.583)	218.105.642

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



NOTA 24 – RECEITAS DE FORNECIMENTO

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

**QUADRO X – ATIVO E PASSIVO REGULATORIO****Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	Controladora	
		2013	2012
Ativos			
Ativo circulante		406.536	212.268
Caixa e equivalentes de caixa		132.261	3.701
Consumidores		179.101	156.492
Provisões para Perdas		(112.435)	(91.924)
Serviços em curso		2.688	2.688
Tributos compensáveis		18.168	
Depósitos judiciais e cauções			
Almoxarifado operacional		1.152	1.315
Investimentos temporários			
Outros Devedores		6.003	28.444
Ativos regulatórios		66.555	
Despesas pagas antecipadamente		20	632
Instrumentos financeiros derivativos			
Outros ativos circulantes		113.023	110.920
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação			
Ativo não circulante		46.705	52.560
Consumidores		921	921
Concessionárias e permissionárias			
Serviços em curso			
Tributos compensáveis			
Depósitos judiciais e cauções		45.412	51.267

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Investimentos temporários		
Empréstimos		
Tributos diferidos		
Ativos regulatórios		
Despesas pagas antecipadamente		
Bens e direitos para uso futuro	372	372
Instrumentos financeiros derivativos		
Outros ativos não circulantes		
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		
Imobilizado	218.105	209.617
Intangível	1.808	1.787
Total do ativo	673.154	476.232
Passivo		
Passivo circulante	882.386	1.102.080
Fornecedores	595.654	831.659
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Obrigações sociais e trabalhistas	12.314	12.461
Benefício pós-emprego		
Tributos	242.457	190.266
Provisão para litígios	10.884	555
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		
Encargos setoriais	8.598	61.189
Provisão para descomissionamento	18	18
Passivos regulatórios		
Provisão para uso do bem público		
Instrumentos financeiros derivativos		
Obrigações com associados		
Outros passivos circulantes	12.461	5.932

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Passivos de operações descontinuadas

Passivo não circulante	202.810	718.700
Fornecedores		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Benefício pós-emprego		
Tributos		
Provisão para litígios	200.235	716.125
Encargos setoriais		
Provisão para descomissionamento		
Tributos diferidos		
Passivos regulatórios		
Provisão para uso do bem público		
Instrumentos financeiros derivativos		
Obrigações com associados		
Outros passivos não circulantes		
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.575	2.575
Total do passivo	1.085.196	1.820.780

Patrimônio líquido

Capital social	117.865	105.671
Reservas de capital		
Outros resultados abrangentes		
Reservas de lucros		
Recursos destinados a aumento de capital	662.259	12.194
Lucros ou prejuízos acumulados	(1.192.166)	(1.462.413)
Ações em tesouraria		
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		
Participação de não controladores		
Reserva de sobras		
Sobras à disposição da Assembleia		

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



Perdas não cobertas pelos cooperados		
Total do patrimônio líquido	<u>(412.042)</u>	<u>(1.344.548)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>673.154</u>	<u>476.232</u>

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

**QUADRO XI – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO REGULATORIO – DRRE**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração de Resultados - DRRE

	Notas	Controladora	
		2013	2012
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		308.627	206.338
Fornecimento de energia elétrica			
Suprimento de energia elétrica		185.600	174.597
Energia Elétrica de Curto Prazo			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		42.030	23.385
Ativos e Passivos Regulatórios		66.555	
Serviços cobráveis		2.290	
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido			
Outras receitas		12.152	8.356
Tributos			
ICMS		(24.904)	(22.645)
PIS-PASEP		(101)	(277)
COFINS		(467)	(1.273)
ISS			
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(986)	(838)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(986)	(838)
Reserva Global de Reversão - RGR			
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE			
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(248)	(47)
Outros encargos -CCC		(11.294)
Receita líquida / Ingresso líquido	280.935	169.126
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(115.740)	(133.036)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		
Encargos e demais despesas setoriais		
Perdas pelo valor de indenização / renovação		
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida		
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios		
(-) Reversão de devolução tarifária		
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios		
Outros		
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	(269.277)	(222.336)
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	141.234	205.848
Resultado antes dos custos gerenciáveis	37.152	19.602
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(65.699)	(70.125)
Material	(15.107)	(16.302)
Serviços de terceiros	(32.075)	(32.766)
Arrendamento e aluguéis	(34.526)	(41.435)
Seguros	(113)	(105)
Doações, contribuições e subvenções		
Provisões		

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



	(27.441)	(7.841)
Perdas na alienação de bens e direitos		
(-) Recuperação de despesas		
Tributos		(563)
Depreciação e amortização	(9.777)	(11.342)
Gastos diversos	(26.084)	(10.395)
Outras Receitas Operacionais		
Outras Despesas Operacionais		
Resultado da Atividade	<u>(173.670)</u>	<u>(171.272)</u>
Equivalência patrimonial		
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(128.915)	(101.788)
Receitas financeiras	439	231
Resultado Não Operacional	<u>1.828</u>	<u>51.680</u>
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	<u>(300.318)</u>	<u>(221.149)</u>
Despesa com impostos sobre os lucros		
Resultado líquido das operações em continuidade		
Operações descontinuadas		
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	<u>(300.318)</u>	<u>(221.149)</u>
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos:		
Acionistas controladores		
Acionistas não controladores		
Lucro por ação	(0,30)	(0,22)
Lucro por ação originado das operações em continuidade	- 0,30	- 0,22

QUADRO XII – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE REGULATORIO

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente - DRA

	Notas	Controladora	
		2013	2012
Resultado do exercício		(300.318)	(221.149)
Outros resultados abrangentes			
Reserva de reavaliação			
Efeito de imposto de renda			
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros			
Efeito de imposto de renda			
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas			
Efeito de imposto de renda			
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras			
Efeito de imposto de renda			
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial			
Diferenças atuariais			
Efeito de imposto de renda			
Outros resultados abrangentes		569.065	257.118
Efeito de imposto de renda			
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos			
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		268.747	35.969
Atribuível a:			
Acionistas Controladores			
Acionistas Não Controladores			

QUADRO XII – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA REGULATORIO*(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)*

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012****(Valores expressos em milhares de reais)****Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC**

	Controladora	
	Notas	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Prejuízo Líquido do Exercício	(300.318)	(221.149)
Ajustes de Exercícios Anteriores	569.064	257.117
Débito (Créditos) ao Resultado que não afetam o Capital Circulante		
Depreciação e Amortização	<u>(9.777)</u>	<u>(11.342)</u>
	<u>258.969</u>	<u>24.626</u>
Variações em Ativos e Passivos Circulantes		
Consumidores	(22.609)	(9.264)
Provisão p/ Devedores Duvidosos	20.511	7.835
Devedores Diversos	4.272	(13.396)
Outros Créditos	(68.658)	(99.993)
Combustível Adquiridos CCC		
Estoques	164	(78)
Serviço em Curso		
Despesas Pagas Antecipadamente	612	(460)
Fornecedores	(236.005)	217.788
Folha de Pagamento	6.627	1.999
Tributos e Contribuições Sociais	52.191	15.159
Credores Diversos	(80)	(25.758)
Obrigações Estimadas	(759)	3.601
Outras Obrigações -Caução	40	210
Provisão para Descomissionamento		-

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Provisões para Contingências	(562.441)	54.094
Impostos e Contribuições Sociais (Intra-setorial)	(52.590)	11.993
Outras Obrigações		
Variações em Ativos e Passivos Não Circulantes		
Depósitos Vinculados a Litígios	5.855	(13.705)
Consumidores		98.241
Tributos e Contribuições Sociais	<u>57.434</u>	<u>(282.790)</u>
	<u>(536.468)</u>	<u>(9.898)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos:		
Imobilizado	<u>1.268</u>	<u>(3.347)</u>
	<u>1.268</u>	<u>(3.347)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Financiamentos:		
Adiantamento para Aumento de Capital	650.065	9.193
Remuneração do Capital Próprio	1.500	693
Capital Subscrito	19.444	14.693
Capital a Integralizar	<u>(7.250)</u>	<u>(11.693)</u>
	<u>663.759</u>	<u>12.886</u>
Diminuição do Caixa e Equivalentes a Caixa no Período	<u>128.560</u>	<u>(359)</u>
Caixa Equivalente ao Caixa no Início do Período	<u>3.701</u>	<u>4.060</u>
Caixa Equivalente ao Caixa no Final do Período	<u>132.261</u>	<u>3.701</u>

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



QUADRO XIV – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO REGULATORIO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Recursos destinados a aumento Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.671				(1.499.076)	3.000	(1.393.405)
Ajuste de Exercícios Anteriores					257.118		257.118
Remuneração das imobilizações em curso		694					694
Aumento de capital social	3.000					(3.000)	-
Incentivos fiscais							-
Realização de reservas		(694)			694		-
Proventos excedentes da contabilidade societária							-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					(221.149)		(221.149)
Destinação proposta à A.G.O.:						12.194	12.194
Reserva legal							-
Juros sobre o capital próprio							-
Dividendos							-
Reserva para investimentos							-

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.671	-			(1.462.413)	12.194	(1.344.548)
Ajuste de Exercícios Anteriores					569.065		569.065
Remuneração das imobilizações em curso		1.500					1.500
Aumento de capital social	12.194					(12.194)	-
Incentivos fiscais							-
Realização de reservas		(1.500)			1.500		-
Proventos excedentes da contabilidade societária							-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					(300.318)		(300,318)
Destinação proposta à A.G.O.:						662.259	662.259
Reserva legal							-
Juros sobre o capital próprio							-
Dividendos							-
Reserva para investimentos							-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	117.865	-			(1.192.166)	662.259	(412.042)

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



NOTA 25 – SÍNTESE DO REAJUSTE TARIFÁRIO 2013/2014

1. A Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA é sediada na cidade de Macapá/AP e atende a cerca de 180 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa faturamento anual da ordem de R\$ 380 milhões.
2. Em 27 de novembro de 2012, pela Resolução Homologatória nº 1.382, foi homologado o reajuste tarifário da CEA, com efeito a partir de 30 de novembro. Sua condição de inadimplência, contudo, impediu a aplicação das Tarifas de Energia – TEs e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs, conforme previsto no art. 10 da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.
3. Na 1ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 24 de janeiro de 2013, foi aprovada a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE da CEA, de modo a refletir nas tarifas a redução de custo advinda da renovação das concessões de geração e de transmissão, da redução de encargos setoriais e da retirada de subsídios na estrutura tarifária.
4. Assim, foi publicada a Homologatória nº 1.456, de 24 de janeiro de 2013, que reduziu as tarifas dos consumidores, sendo a baixa tensão - B1 em 18,04%. Essas tarifas embasarão o cálculo do reajuste tarifário de 2013.
5. Em 30 de outubro de 2013, pelo Ofício nº 1.118/2013 – PRE, a CEA, observando o disposto no §1º do art. 15 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, apresentou proposta de índice de reajuste tarifário de 13,57%.
6. Em 20 de novembro de 2013, a Superintendência de Regulação Econômica - SRE emitiu a Nota Técnica nº 497, manifestando-se acerca da aplicação do índice de reajuste tarifário de 2013 da CEA.
7. O Memorando nº 674/2013-SRE/ANEEL, de 22 de novembro de 2013, apresentou informações complementares a esta Relatoria, esclarecendo que:
 - a) a situação de inadimplência da CEA com suas obrigações intrassetoriais impossibilitou a aplicação dos reajustes tarifários homologados desde novembro de 2004;
 - b) a variação do IGPM, de novembro/2003 a novembro/2013, foi de 83% e a do IPCA de 70%, no mesmo período;
 - c) a SRE elaborou a Nota Técnica nº 424/2013, em 12 de setembro de 2013, no âmbito do processo de equacionamento econômico e financeiro da CEA; por meio de cálculo próprio apurou a Parcela B e a trajetória de perdas técnicas e não técnicas da CEA, visando estabelecer novas tarifas para a Distribuidora quando de sua regularização;
 - d) o valor de Parcela B proposto naquela Nota Técnica foi de R\$ 67.316.083,26 (base novembro/2012); se adotado no atual processo tarifário de 2013 da CEA, conforme sugerido, o valor dessa Parcela B, atualizado pelo IGPM, é de R\$ 70.860.984,97.
8. A Procuradoria-Geral da ANEEL conheceu da minuta de Resolução Homologatória e a referendou.

II. FUNDAMENTAÇÃO

9. O Ministério de Minas e Energia – MME prorrogou pelo prazo de 20 anos, contados a partir de 8 de julho de 1995, a concessão para distribuição de energia elétrica da qual é titular a CEA, por meio da Portaria nº 240, de 6 de julho de 1999. Até o momento, a CEA ainda não firmou com a União o contrato de concessão, conforme previsto na Lei nº 8.987, de 1995.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



10. A SRE, considerando o tratamento isonômico entre as concessionárias de distribuição de energia elétrica, amparada pela manifestação da Procuradoria Federal na ANEEL, consubstanciada nos Pareceres nº 163/2006-PF/ANEEL, de 25 de abril de 2006, e nº 354/2006-PF/ANEEL, de 12 de setembro de 2006, estabeleceu para a CEA procedimento análogo ao das demais distribuidoras sem contrato de concessão:

- a) a feição jurídica da CEA é a de concessionária de serviços públicos de energia elétrica, embora seja em um estado “imperfeito” ou “precarizado”, pela não formalização do ato convencional da concessão;
- b) o reajuste é necessário para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sem o quê estaria ameaçada a continuidade do serviço;
- c) a aplicação de reajustes tarifários à CEA não é ilegalidade, mesmo pendente o seu contrato de concessão da devida formalização;
- d) as revisões tarifárias dependem, para sua efetivação, da existência do adequado disciplinamento nos contratos de concessão, e da correspondente fixação da receita-teto inicial da concessionária, com o que se formará o novo equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Não havendo contrato, não há fundamento fático para a realização das revisões tarifárias.

11. Assim, o atual reajuste das tarifas da CEA foi calculado mediante a utilização da fórmula paramétrica do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, conforme previsto na Cláusula Sétima dos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica, com vigência a partir de 30 de novembro de cada ano, que corresponde à data de reajuste tarifário estabelecida para a distribuidora de acordo com as regras da Portaria Interministerial MF/MME nº 152, de 17 de maio de 2000.

12. A CEA até pouco tempo encontrava-se inadimplente com as obrigações setoriais, em contexto econômico e financeiro crítico, sendo-lhe vedado praticar o reajuste de tarifas for força legal.

13. Sem contrato de concessão, ela atua com amparo em outorga do Poder Concedente prestando serviços sem definição de regras contratuais e tarifas de equilíbrio, por não ser aplicado o mecanismo de revisão tarifária periódica nem definido o Fator X. Assim, os reajustes, calculados conforme a regra padrão aplicável às distribuidoras de energia elétrica, visam essencialmente preservar as condições financeiras para a continuidade do serviço.

14. Qualquer solução definitiva depende da assinatura do contrato de concessão e até lá o processo tarifário precisa utilizar metodologia transitória e simplificada. Do contrário, a simples atualização da Parcela B pelos índices tarifários não capturaria os ganhos de eficiência, em prejuízo da modicidade tarifária, com remuneração excessiva.

15. Como aspecto negativo dessa situação singular, nos casos de ausência de contratos de concessões, e conseqüentemente de revisões tarifárias, há o inconveniente de não haver Laudo de Avaliação fiscalizado pela ANEEL, ou seja, somente é possível estimar os ativos em serviço. Ademais, na apuração de custos precisa-se recorrer a critérios de referência, com base em dados de concessionárias regionais similares.

16. Em cenário de congelamento tarifário, desde 2004, deve-se ponderar a pertinência de se revisitar a Parcela B, conforme as considerações da SRE. Assim, estudo técnico já foi por ela elaborado no transcórre do processo de equacionamento econômico e financeiro da CEA, visando estabelecer novas tarifas para aquela distribuidora quando de sua regularização, e que poderá ser fixado de forma provisória até o encerramento de audiência pública própria. Dessa maneira, definiu-se o valor da Parcela B em R\$ 70.860.984,97, já atualizado pelo IGPM.

17. Ao se considerarem os valores inferidos pela SRE, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da CEA será de **28,67%**,

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



18. Destaca-se que segundo o Ranking das tarifas de energia elétrica das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica (Tarifas B1-Residencial), a CEA está na 63ª posição, o que significa praticar a tarifa mais baixa do Brasil, e com o efeito atual passará para o 60º lugar.

19. No que diz respeito ao cálculo do índice de reajuste tarifário a ser aplicado às tarifas da CEA, a partir de 30 de novembro de 2013, o resultado da regra seria de -38,83%, dos quais -22,65% correspondem ao cálculo econômico e -16,19%, aos componentes financeiros a serem devolvidos ao longo dos próximos 12 meses. Conforme dito, entretanto, optou-se pela definição simplificada da Parcela B e recálculo tarifário.

20. Ao se considerarem os valores atualmente praticados pela Concessionária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da CEA, somente com a aplicação do reajuste em curso, será de 28,67%, a ser aplicado de maneira linear.

21. A diferença entre o reajuste médio calculado, de -38,83%, e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores, de 28,67%, deve-se à retirada dos financeiros do processo tarifário anterior, a inadimplência da CEA com as suas obrigações intrasetoriais, que a impediu de praticar as tarifas calculadas no reajuste tarifário anual ao longo de quase 10 anos.

Fatores considerados no reajuste

22. O percentual médio do IRT econômico foi de -22,65%, dos quais -2,70% dizem respeito à variação dos custos da Parcela A e -19,95% à atualização da Parcela B.

IRT econômico

Parcela A

24. Os custos da Parcela A representam 76,31% dos custos da Concessionária. A diminuição desses custos responde por -2,70% do total de -22,65%, que compõe o índice de reajuste tarifário econômico.

25. No que se refere aos custos com aquisição de energia elétrica, esses impactaram o reposicionamento tarifário em -2,19%. A Tabela 3 detalha a variação dos montantes e preços contratados de energia em relação ao último processo tarifário (revisão extraordinária, realizada em janeiro de 2013).

26. No caso de sistemas isolados, os parâmetros de referência e os valores a serem considerados como limite de repasse para os custos com aquisição de energia foram definidos com base na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009².

27. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e prevê o reembolso pela CCC da diferença entre o custo total de geração de energia elétrica para o atendimento ao serviço público de distribuição nos Sistemas Isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR do SIN.

Parcela B

28. Os custos da parcela B representam 23,69% dos da concessionária. Sua participação corresponde a -19,95% do total do índice de reajuste tarifário econômico.

29. Os gráficos a seguir apresentam a participação de cada segmento de custo na composição da receita da CEA (sem e com tributos), explicitando a proporção da fatura de energia elétrica que se destina ao ressarcimento dos custos incorridos no pagamento:

a) da geração (compra de energia);

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



- b) da transmissão e distribuição, incluindo os custos de operação e manutenção (O&M), de depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido, e
- c) dos encargos setoriais³ e tributos⁴.

Componentes financeiros

30. Quanto aos componentes financeiros⁵ a serem recuperados no próximo período tarifário, destaca-se a neutralidade dos Encargos Setoriais integrantes da Parcela A, no valor de (259.514,86), que correspondem a - 0,06% no IRT médio da Concessionária.

31. Em sua proposta de reajuste, a CEA solicitou que fosse também contemplada na apuração da CVA_{acc} do atual período de fiscalização, as competências desde 2006 pagas ou quitadas no dia 14 de junho de 2013, como demonstrado no Memorando nº 1.474/2013-SFF. Registra-se que o entendimento consolidado da ANEEL acerca dessa questão é contrário, conforme precedente deliberado no processo de reajuste tarifário de 2010 da CELG-D⁶.

32. Nesse sentido, somente as faturas pagas pela CEA no período de fiscalização compreendido no cálculo do IRT 2013 estão sendo considerados.

Subvenção CDE – Redução Tarifária Equilibrada

33. De acordo com o inciso VIII do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e o disposto no Decreto nº 7.891, de 2013, a CDE deve prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação das concessões de geração de energia elétrica com vistas a assegurar o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição de que trata o art. 1º, § 2º, Lei nº 12.783, de 2013.

34. O Decreto nº 8.020, de 29 de maio de 2013, inseriu o art. 4º-B no Decreto nº 7.891, de 2013, autorizando “[...] o repasse antecipado de sete meses dos recursos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, relativo ao exercício de 2013”. No atual processo tarifário da CEA, foi mantido o mesmo valor anual da subvenção da CDE estabelecido na sua Revisão Tarifária Extraordinária de 2013, no total negativo de **R\$ (66.555.048,60)**, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da distribuidora, a redução equilibrada das tarifas e a modicidade tarifária.

35. Desse modo, deverá ser repassado pela Eletrobrás à CEA, a partir da competência novembro de 2013 até a competência outubro de 2014, o valor mensal de **R\$ 5.546.254,05**.

Subvenção CDE – Descontos Tarifários

36. Nos termos do inciso VII do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 2013, e do disposto no Decreto nº 7.891, de 2013, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além das demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos seguintes usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água, esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e serviço público de irrigação.

37. Conforme o art. 3º do Decreto nº 7.891, de 2013, o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Eletrobrás a cada distribuidora, visando custear os referidos descontos tarifários, deve ser homologado pela ANEEL. Para definição dos valores mensais a serem repassados durante 2013, utilizou-se o mercado considerado no respectivo processo tarifário e a diferença entre as tarifas com e sem descontos resultantes do

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



mesmo processo. A partir de 2014, a ANEEL regulamentará a metodologia para o repasse desses recursos, considerando as diferenças entre os valores previstos e os realizados.

38. Como destacado, por força do art. 4º-B do Decreto nº 7.891, de 2013, foi autorizado “[...] o repasse antecipado de sete meses dos recursos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, relativo ao exercício de 2013”.

39. Assim, o valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CEA, em relação ao período de novembro/2013 a outubro/2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, é de R\$ 84.789,95.

Situação de Adimplência

40. Segundo o cadastro de Inadimplentes administrado pela Superintendência de Administração e Finanças - SAF, a CEA encontra-se, nesta data, adimplente com suas obrigações intrassetoriais, o que possibilita a aplicação dos seus novos níveis de tarifas, haja vista o disposto no art. 10 da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterado pelo art. 7º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

III. DIREITO

41. A análise encontra fundamentação nos seguintes dispositivos normativos:

- a) inciso IV do art. 15 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
- b) art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
- c) art. 3º da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
- d) art. 11 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010;
- e) Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

IV. DISPOSITIVO

42. Com apoio nessa fundamentação e no disposto no Processo nº 48500.003171/2013-17, **voto pela emissão de resolução homologatória**, como a minuta anexa, a fim de:

- a) homologar o índice provisório de reajuste tarifário anual médio da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA -38,83%, a vigorar a partir de 30 de novembro de 2013, que conduz ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 28,67%, tanto para os consumidores em alta tensão quanto para os em baixa tensão.
- b) fixar as Tarifas de Energia – TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD aplicáveis aos usuários da CEA;
- c) homologar o valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CEA, em relação ao período de novembro de 2013 a outubro de 2014, de modo a custear os descontos retirados da estrutura tarifária, de R\$ 84.789,95;
- d) homologar o valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CEA, em relação ao período de novembro de 2013 a outubro de 2014, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, de R\$ 5.546.254,05 e
- e) homologar o valor de recurso da CDE a ser repassado pela Eletrobrás à CEA, de modo a custear o saldo apurado da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA correspondentes à aquisição com compra de energia, de R\$ 613.859,44.

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)



43. Voto, ainda, determinar a abertura de audiência pública, por intercâmbio documental, **no período de 29 de novembro de 2013 a 31 de janeiro de 2013**, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para aprovar em definitivo o índice provisório de reajuste tarifário anual médio da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA com eficácia a partir de 30 de novembro de 2013, devendo ser disponibilizado:

- a) a Nota Técnica nº 424/2013_SRE, de 12 de setembro de 2013,
- b) a Nota Técnica nº 497/2013-SRE, de 20 de novembro de 2013,
- c) o Memorando nº 674/2013-SRE, de 22 de novembro de 2013

FRANCISCO ANTONIO ALMENDRA CORREIA LIMA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 046.851.051-68

RESPONSÁVEL TÉCNICO

FRANCISCO DE ASSIS VIANA E SILVA
CPF 210.014.722-68
CRC-AP 01925-O-0